

GABRIEL
NUNO
QUEIROZ
LIMA DA
SILVA COUTO

Assinado de
forma digital por
GABRIEL NUNO
QUEIROZ LIMA
DA SILVA COUTO
Dados:
2022.05.10
17:31:30 +01'00'



Cofinanciado por:



UNIÃO EUROPEIA
Fundo de Coesão

“CONCURSO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE AUTOCARROS
MOVIDOS A ELETRICIDADE PARA SERVIÇO PÚBLICO URBANO DE
TRANSPORTE DE PASSAGEIROS”

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

maio de 2022

ÍNDICE DO DOCUMENTO

SECÇÃO I: DISPOSIÇÕES GERAIS.....	5
Artigo 1.º Identificação do Procedimento.....	5
Artigo 2.º Objeto do Procedimento.....	5
Artigo 3.º Entidade Adjudicante.....	5
Artigo 4.º Órgão Competente Para a Decisão de Contratar.....	5
Artigo 5.º Fundamento da Escolha do Procedimento.....	6
Artigo 6.º Valor Económico Estimado do Contrato.....	6
Artigo 7.º Peças do Procedimento.....	6
Artigo 8.º Consulta de Documentos e Fornecimento das Peças do Procedimento.....	6
Artigo 9.º Concorrentes.....	7
Artigo 10.º Órgão Competente Para Prestar Esclarecimentos.....	7
Artigo 11.º Erros e Omissões do Caderno de Encargos.....	7
Artigo 12.º Esclarecimentos e Retificação das Peças do Procedimento.....	8
SECÇÃO II: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS PROPOSTAS.....	8
Artigo 13.º Noção de Proposta.....	9
Artigo 14.º apresentação de Propostas.....	9
Artigo 15.º Documentos da Proposta.....	9
Artigo 16.º Indicação do Preço.....	11
Artigo 17.º Idioma dos Documentos.....	11
Artigo 18.º Modo e Prazo de Apresentação das Propostas.....	11
Artigo 19.º Supressão de Irregularidades Constantes dos Documentos que Constituem a Proposta.....	12
Artigo 20.º Prazo da Obrigação de Manutenção das Propostas.....	13
Artigo 21.º Critério de Adjudicação e Modelo de Avaliação.....	13
Artigo 22.º Lista de Concorrentes e Consulta das Propostas Apresentadas.....	15
Artigo 23.º Júri do Concurso.....	16
Artigo 24.º Esclarecimentos Sobre as Propostas.....	16
Artigo 25.º Proposta Variante e Negociação.....	16
SECÇÃO III: ANÁLISE DAS PROPOSTAS E ADJUDICAÇÃO.....	17
Artigo 26.º Relatório Preliminar.....	17
Artigo 27.º Causas de Exclusão das Propostas.....	17
Artigo 28.º Audiência Prévia.....	17
Artigo 29.º Relatório Final.....	17
Artigo 30.º Notificação da Decisão de Adjudicação.....	18
Artigo 31.º Reserva de Não Adjudicação.....	18

Artigo 32.º Causas de Não Adjudicação	19
SECÇÃO IV: DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO	19
Artigo 33.º Documentos de Habilitação	19
Artigo 34.º Apresentação dos Documentos de Habilitação por Agrupamentos.....	20
Artigo 35.º Prazo Para a Apresentação dos Documentos de Habilitação Pelo Adjudicatário	21
Artigo 36.º Modo de Apresentação dos Documentos de Habilitação	21
Artigo 37.º Não Apresentação dos Documentos de Habilitação	22
Artigo 38.º Prova de Declarações	22
Artigo 39.º Falsidade dos Documentos e das Declarações	22
Artigo 40.º Notificação da Apresentação dos Documentos de Habilitação	22
SECÇÃO V: CAUÇÃO	23
Artigo 41.º Caução para Garantir o Cumprimento das Obrigações	23
Artigo 42.º Prazo Para a Apresentação dos Documentos de Habilitação Pelo Adjudicatário	23
Artigo 43.º Modo de Apresentação dos Documentos de Habilitação	24
Artigo 44.º Não Prestação de Caução	24
Artigo 45.º Notificação da Prestação de Caução	24
Artigo 46.º Restituição da Caução	24
SECÇÃO VI: CONTRATO	25
Artigo 47.º Redução do Contrato a Escrito	25
Artigo 48.º Aprovação da Minuta do Contrato	25
Artigo 49.º Aceitação da Minuta do Contrato	25
Artigo 50.º Reclamações Contra a Minuta	26
Artigo 51.º Outorga do Contrato	26
Artigo 52.º Não Outorga do Contrato	26
Artigo 53.º Vigência do Contrato	27
Artigo 54.º Contagem dos Prazos	27
SECÇÃO VII: DEVER DE SIGILO	27
Artigo 55.º Objeto do Dever de Sigilo	27
Artigo 56.º Prazo do Dever de Sigilo	28
SECÇÃO VIII: UTILIZAÇÃO DA PLATAFORMA ELETRÓNICA	28
Artigo 57.º Utilização da Plataforma Eletrónica	28
Artigo 58.º Notificações e Comunicações	28
SECÇÃO IX: DISPOSIÇÕES FINAIS	28
Artigo 59.º Proteção e Condições de Trabalho	29
Artigo 60.º Prevalência	29

Artigo 61.º Convenção de Arbitragem	29
Artigo 62.º Legislação Aplicável.....	29
ANEXOS	30
ANEXO I.....	31
Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP].....	31
ANEXO II.....	33
Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP].....	33
ANEXO III.....	34
Proposta de Preço	34
ANEXO IV	35
Quadro de Especificações Técnicas do Veículo	35

SECÇÃO I: DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º Identificação do Procedimento

Tem a designação de “Concurso Público Internacional para Aquisição de Autocarros Movidos a Eletricidade Para Serviço Público Urbano de Transporte de Passageiros”.

Artigo 2.º Objeto do Procedimento

1. - O presente procedimento tem por objeto a aquisição de 10 (dez) autocarros, movidos a eletricidade, com comprimento superior a 12 metros, com propulsão elétrica autónoma, para transporte urbano de passageiros, categoria europeia M3, classe I, de acordo com o estabelecido no presente Programa de Procedimento (PP) e no Caderno de Encargos (CE) e respetivos anexos.
2. - As propostas deverão seguir a estrutura definida no artigo 15.º.
3. - Em face do período temporal pretendido para o fornecimento, a identidade e quantidade dos autocarros, pretende-se que seja feita a adjudicação através de um lote único, e que por tais motivos de ordem temporal, técnica ou funcional, a gestão de um único contrato se revela mais eficiente, nos termos do artigo 46º-A, n.º 2, do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 3.º Entidade Adjudicante

A Entidade Adjudicante é a Auto Viação Feirense, Limitada, sociedade comercial por quotas adiante designada por AVF, com sede na Avenida Principal, 513, Lourosa, 4535-014 Santa Maria da Feira NIPC 500 038 520, com o numero de telefone 227 643 288, e e-mail comercial@avfeirense.pt.

Artigo 4.º Órgão Competente Para a Decisão de Contratar

1. - O Órgão que tomou a decisão de contratar e de realização de despesa é a Gerência da Entidade Adjudicante acima referida.
2. - A decisão indicada no ponto anterior, foi efetuada por despacho da Gerência datado de 03.05.2022.

Artigo 5.º Fundamento da Escolha do Procedimento

1. O presente procedimento segue a tramitação de Concurso Público Com Publicidade Internacional no JOUE, ao abrigo do princípio de liberdade de escolha dos procedimentos, nos termos do artigo 18º e da alínea *a)* do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (adiante designado CCP) e de acordo com o valor do contrato.
2. A opção pelo concurso público em detrimento do concurso limitado por prévia qualificação deve-se à opção pela escolha da melhor proposta ou das condições contratuais, sem apreciação de qualquer fator prévio dos proponentes e sem necessidade do proponente garantir especial aptidão técnica e financeira.

Artigo 6.º Valor Económico Estimado do Contrato

1. - O objeto do contrato a executar, tem como preço base 4.500.000,00 € (quatro milhões e quinhentos mil euros), considerado tal valor como o benefício económico máximo a obter com a execução de todas as prestações que constituem o objeto do presente contrato.
2. - Aos valores mencionados em 1, acresce o IVA, quando aplicável, à taxa legal em vigor.

Artigo 7.º Peças do Procedimento

O Processo do Concurso é constituído pelas seguintes peças:

- a) Programa de Procedimento e respetivos anexos (PP);
- b) Caderno de Encargos (CE);
- c) Esclarecimentos e retificações de erros e omissões, que prevalecem sobre as anteriores, em caso de divergência.

Artigo 8.º Consulta de Documentos e Fornecimento das Peças do Procedimento

1. - Os documentos que servem de base ao procedimento estão disponíveis para as convidadas através da Plataforma Eletrónica de contratação utilizada pela AVF e disponível no endereço www.acingov.pt (acinGov).
2. - O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e o download das peças do procedimento, bem como apresentar a proposta.

3. - Os documentos referidos no número anterior encontram-se igualmente disponíveis para consulta na morada mencionada no Artigo 3.º.

Artigo 9.º Concorrentes

1. - Podem ser candidatos ou concorrentes, agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
2. - Os membros de um agrupamento candidato ou de um agrupamento concorrente não podem ser candidatos ou concorrentes no mesmo procedimento, nos termos do disposto nas Cláusulas anteriores, nem integrar outro agrupamento candidato ou outro agrupamento concorrente.
3. - Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
4. - Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica prevista no programa do procedimento.
5. - Podem apresentar propostas as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do CCP.

Artigo 10.º Órgão Competente Para Prestar Esclarecimentos

O órgão competente para prestar esclarecimentos é a AVF através do Júri do Procedimento.

Artigo 11.º Erros e Omissões do Caderno de Encargos

1. - Os interessados poderão apresentar, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela entidade adjudicante, uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões detetadas nas peças do procedimento, nos termos previstos nos n.ºs 1 a 4 do artigo 50.º do CCP.
2. - É competente para decidir sobre os erros e omissões identificadas e respetivo suprimento o órgão competente para a decisão de contratar, devendo tal decisão ser proferida até ao

termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, considerando-se rejeitados todos os que não forem expressamente aceites.

3. - As listas apresentadas pelos interessados, bem como a decisão sobre as mesmas, serão publicadas na plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela entidade adjudicante, devendo a decisão ser notificada a todos os interessados que tiverem adquirido as peças do procedimento.
4. - Os suprimimentos dos erros e omissões do caderno de encargos, sendo estes últimos expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar nos termos do n.º 2, constituem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 12.º Esclarecimentos e Retificação das Peças do Procedimento

1. - Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, através da plataforma acinGov, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
2. - Os esclarecimentos a que se refere o número anterior são prestados por escrito, na plataforma acinGov, pelo Júri do procedimento até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. - O órgão competente para a decisão de contratar pode proceder a retificação de erros ou omissões das peças do procedimento nos termos e no prazo previsto no número anterior.
4. - Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores devem ser juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham adquirido ser imediatamente notificados desse facto.
5. - Os esclarecimentos e as retificações referidos nos pontos 1 a 3, fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

SECÇÃO II: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS PROPOSTAS

Artigo 13.º Noção de Proposta

1. - A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
2. - Na proposta, os concorrentes devem indicar todos os elementos solicitados, devendo para o efeito considerar todas as condições e informações constantes do presente PP, CE e demais documentação anexa.
3. - Para efeitos do presente PP, entende-se por atributo da proposta qualquer elemento ou característica da mesma que diga respeito a um aspecto da execução do contrato submetido à concorrência pelo CE.

Artigo 14.º apresentação de Propostas

1. - Cada Concorrente poderá apresentar apenas 1 (uma) proposta.
2. - Não serão admitidas propostas variantes.

Artigo 15.º Documentos da Proposta

1. - Fazem parte da proposta, os seguintes documentos:
 - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), assinado pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar:
 - (i) Deverá ser utilizado o ficheiro de nome espd-request.xml, disponibilizado em plataforma, o qual deverá ser devidamente preenchido e assinado, depois de carregado através da hiperligação <https://ec.europa.eu/tools/espd?lang=pt>.
 - (ii) Quaisquer questões pertinentes relativas a esta questão poderão ser consultadas no link <http://ec.europa.eu/DocsRoom/documents/16002/attachments/1/translations/pt/renditions/native>.
 - (iii) Nome do ficheiro a apresentar para esta alínea: “DEUCP”
 - b) Declaração do Concorrente, de aceitação do conteúdo do Programa do Concurso e do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao presente PP. Esta declaração de aceitação, deverá observar o disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos (*Nome do ficheiro a apresentar para esta alínea: “Documento 01”*);

- c) Declaração com indicação do preço contratual de aquisição dos autocarros e postos de carregamento, elaborada de acordo com o Anexo III ao presente PP, devendo ser preenchida e assinada com indicação separada do preço do autocarro e do posto de carregamento. Nesta declaração de preço contratual, o Concorrente deve cumprir o disposto no artigo 60.º do CCP (*Nome do ficheiro a apresentar para esta alínea: “Documento 02 - Proposta de Preço”*);
 - d) O Concorrente deverá, em cada Proposta, indicar as características técnicas referentes ao autocarro proposto, sendo para tal obrigatório apresentar essas informações de uma forma ordenada, sintética e sistematizada, de acordo com a discriminação no quadro tipo, constante do Anexo IV, cuja ordem não deve ser alterada (*Nome do ficheiro a apresentar para esta alínea: “Documento 03 - Características”*);
 - e) O Concorrente terá de apresentar documentos que contenham os esclarecimentos justificativos da apresentação de um preço anormalmente baixo (quando aplicável) (*Nome do ficheiro a apresentar para esta alínea: “Documento 04 – Justificação de Proposta de Preço Anormalmente Baixo”*).
 - f) Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis para os efeitos de esclarecimento dos atributos da proposta (*Nome do ficheiro a apresentar para esta alínea: “Documento 05 – Outros”*).;
2. - Os valores indicados no número anterior, são indicados em algarismos e por extenso.
3. - Ao preço indicado no n.º 2., acresce I.V.A. à taxa legal, quando aplicável.
4. - Todos os documentos que constituem a proposta deverão ser assinados pelo concorrente ou pelo(s) representante(s) legal(ais) com poderes para o(s) vincular, de acordo com os números 4 e 5 do artigo 57.º do CCP, devidamente conjugados com o artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
5. - No caso de agrupamento de concorrentes, a proposta deve ser assinada por todas as entidades que o compõem, ou pelos seus representantes, ou pelo representante comum, caso em que deve ser junto à proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros.

Artigo 16.º Indicação do Preço

1. - Os preços serão em Euros. Os preços constantes de cada proposta serão indicados em algarismos e não incluem o IVA.
2. - Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
3. - Os preços dos veículos serão reportados a autocarros completos, isto é, devidamente carroçados, aprovados/homologados pelas entidades oficiais competentes, registados em nome da AVF ou da Locadora Financeira e entregues numa das instalações da AVF (a indicar), prontos a entrar ao Serviço Público.
4. - Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
5. - A proposta deve mencionar expressamente que ao preço total acresce o IVA, à taxa legal aplicável.

Artigo 17.º Idioma dos Documentos

1. - Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
2. - Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o concorrente fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada ou tradução não legalizada, mas acompanhada de declaração do concorrente nos termos da qual este declare aceitar a prevalência dessa tradução não legalizada, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais.
3. - Excetuam-se do disposto nos números anteriores, os catálogos técnicos ou documentos equivalentes, que devem preferencialmente ser apresentados em língua portuguesa, podendo eventualmente ser apresentados em língua castelhana ou inglesa.

Artigo 18.º Modo e Prazo de Apresentação das Propostas

1. - A proposta e os documentos que a acompanham devem ser submetidos na plataforma acinGov até às 08:30 horas, do 30º dia a contar da data do envio para publicação do anúncio

do presente concurso para o Serviço de Publicações Oficiais da União Europeia e de acordo com o n.º 3 do artigo 470.º do CCP.

2. - A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregues aos concorrentes, pela plataforma eletrónica, recibos eletrónicos comprovativos dessa receção.
3. - Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção das propostas, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à internet de que dispõem, uma vez que só são admitidas a concurso as propostas que tenham sido assinadas e recebidas até à data e horas limite respetivas referidas no número 1 do presente artigo. Os Concorrentes serão os únicos responsáveis por todos os atrasos que porventura se verifiquem, não podendo apresentar qualquer reclamação, na hipótese da entrega da documentação se verificar já depois de decorrido o prazo estabelecido.
4. - Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no número um, a sua apresentação deverá ser efetuada de acordo com o estipulado no n.º 5 do artigo 62.º do CCP.
5. - A elaboração da proposta obedece ao disposto nos artigos 58.º e 62.º do CCP.
6. - Todos os documentos que constituem a proposta deverão ser assinados pelo concorrente ou pelo(s) representante(s) legal(ais) com poderes para o(s) vincular, de acordo com os números 4 e 5 do artigo 57.º do CCP, devidamente conjugados com o artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
7. - No caso de agrupamento de concorrentes, a proposta deve ser assinada por todas as entidades que o compõem, ou pelos seus representantes, ou pelo representante comum, caso em que deve ser junto à proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros.
8. - O não cumprimento do número anterior, é motivo de exclusão da proposta.

Artigo 19.º Supressão de Irregularidades Constantes dos Documentos que Constituem a Proposta

Caso sejam detetadas irregularidades, não essenciais, nos documentos que constituem a proposta apresentados por alguma(s) da(s) Concorrente(s), o Júri concede à(s) Concorrente(s) relativamente à qual (quais) se verifique(m) irregularidade(s), um prazo máximo de cinco dias para supressão da(s) mesma(s).

Artigo 20.º Prazo da Obrigação de Manutenção das Propostas

1. - O concorrente fica obrigado a manter a sua proposta durante um período de 66 (sessenta e seis dias) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
2. - A AVF, dentro do prazo de validade indicado no número anterior e no processo de apreciação das Propostas, poderá convocar qualquer dos Concorrentes para esclarecimentos de dúvidas. Para o efeito, poderá exigir ao Concorrente a prévia experimentação do autocarro do tipo proposto, solicitando ao Concorrentes a apresentação do veículo no prazo pretendido pela AVF.
3. - O prazo a que se refere o número 1 desta cláusula, considerar-se-á tacitamente prorrogado por igual período, pelos Concorrentes que nada requeiram em contrário.

Artigo 21.º Critério de Adjudicação e Modelo de Avaliação

1. - A adjudicação é efetuada segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, a qual é calculada de acordo com os seguintes fatores, subfactores e coeficientes de ponderação:
 - a) F1 - 50% - Preço
 - b) F2 - 35% - Características Técnicas
 - c) F3 - 15% - Número de Postos de Carregamento Fornecidos Com a Entrega do Primeiro Autocarro
2. - A Proposta economicamente mais vantajosa é a proposta que apresenta a maior Classificação Final, entendida como o somatório de todas as pontuações dos fatores e subfactores elementares, multiplicados pelos valores dos respetivos coeficientes de ponderação (n.º 4 deste artigo – Fórmula de cálculo da Classificação Final).
3. - A pontuação será atribuída numa escala de 0 (zero) a 100 (cem) para cada um dos fatores ou subfactores constantes na avaliação de propostas, conforme ponto seguinte.
4. - A fórmula de cálculo para a Classificação final será a seguinte:
$$CF = 0,50 * F1 + 0,35 * F2 + 0,15 F3$$
5. - A classificação de cada Fator, é dada pelo somatório da nota de cada subfactor multiplicada pela respetiva ponderação, arredondada a duas casas decimais.
6. - Avaliação de F1- Fator Preço:

Preço Base Preço Proposto

$$F1 = \frac{\text{Preço Base do Procedimento}}{\text{Preço Proposto Pelo Concorrente}} * 100$$

Preço Base: Preço Base do Procedimento
Preço Proposto: Preço Proposto Pelo Concorrente

7. - Avaliação de F2- Fator Características Técnicas, avaliadas com os Seguintes Subfactores:
- Garantia global da viatura [anos]: este subfactor valoriza o período durante o qual o fabricante garante o bom funcionamento da viatura;
 - Autonomia [Km]: este subfactor avalia a distância (Km) que a viatura pode percorrer num determinado percurso sem necessidade de parar para recarregar baterias;
 - Garantia das Baterias [anos sem limite de Km's]: este subfactor valoriza o período de tempo, sem limite de quilometragem durante o qual o fabricante garante o bom funcionamento das baterias de tração;
 - Potência do motor [kW]: este subfactor valoriza a potência disponível no motor;
 - Binário motor [N.m]: este subfactor valoriza o binário disponível no motor;
 - Tempo de Carga de 0% a 100% [horas]: este subfactor valoriza a rapidez de carga das baterias (partindo de carga 0% até atingir 100% da carga), ou seja, o tempo de carga das baterias garantindo a sua vida útil;
 - Garantia do Posto de Carregamento [anos]: este subfactor valoriza o tempo em que o fabricante garante o bom funcionamento dos postos de carregamentos fornecidos com o primeiro autocarro;
 - Lotação: este subfactor valoriza a quantidade de lugares do veículo;
 - Declive máximo de subida [%]: este subfactor valoriza a capacidade de percorrer estradas com elevada inclinação;

Estes subfactores encontram-se resumidos na tabela infra, onde consta ainda o Coeficiente de Ponderação (CP) de cada subfactor, bem como o requisito mínimo a que os equipamentos a fornecer pelo concorrente, devem obedecer.

Subfactores		Coeficiente de Ponderação (CP) - %	Requisito Mínimo	Requisito Proposto
Índice	Descrição			
a)	Garantia global da viatura [anos]	10%	2	
b)	Autonomia [Km]	20%	300	
c)	Garantia das Baterias [anos sem limite de Km's]	20%	5	
d)	Potência do motor [kW]	10%	150	
e)	Binário motor [N.m]	10%	900	
f)	Tempo de Carga de 0% a 100% [horas]	13%	8	

g)	Garantia do Posto de Carregamento [anos]	5%	2	
h)	Lotação	10%	53	
i)	Declive máximo de subida [%]	2%	17	
		100%		

Cada subfactor será avaliado pela seguinte fórmula:

$$F2_x = \frac{\text{Requisito Proposto}_x - \text{Requisito Mínimo}_x}{\text{Requisito Mínimo}_x}$$

Requisito Proposto_x: Requisito Proposto Pelo Concorrente para o subfactor “x”

Requisito Mínimo_x: Requisito Mínimo para o subfactor “x”

CP_x: Coeficiente de Ponderação do subfactor “x”

“x”: Subfactor em avaliação do F2- Fator Características Técnicas (a),..., j))

$$F2 = \frac{\sum_{a}^j F2_x * CP_x}{100}$$

$$F2 = \frac{F2_a * 10 + F2_b * 20 + F2_c * 20 + F2_e * 10 + F2_f * 13 + F2_g * 5 + F2_h * 10 + F2_j * 2}{100}$$

8. - Avaliação de F3- Fator Número de Postos de Carregamento Fornecidos Com a Entrega do Primeiro Autocarro:

$$F3 = \frac{NPCF - 2}{2}$$

NPCF: Número de Postos de Carregamento Fornecidos Pelo Concorrente

2: Número mínimo de Postos de Carregamento a serem Fornecidos Pelo Concorrente. Se o concorrente apresentar na sua proposta um número inferior a 2, a proposta será automaticamente excluída.

Artigo 22.º Lista de Concorrentes e Consulta das Propostas Apresentadas

1. - No dia útil imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, o Júri procede à publicação da lista dos concorrentes, na plataforma eletrónica.
2. - Será facultada aos concorrentes incluídos na lista referida no número anterior, a consulta de todas as propostas apresentadas diretamente na plataforma eletrónica.

3. - Os interessados que não tenham sido incluídos na lista de concorrentes podem reclamar desse facto no prazo de três dias úteis contados da publicitação da referida lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da apresentação tempestiva da sua proposta.
4. - Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o Júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, nos termos do n.º 4 do artigo 138.º do CCP.

Artigo 23.º Júri do Concurso

1. - A apreciação das propostas será efetuada pelo Júri do Concurso, designado para o efeito de acordo com o disposto no artigo 67.º do CCP.
2. - O Júri do Concurso poderá socorrer-se de peritos ou consultores, para a emissão de pareceres em áreas especializadas, nos termos do n.º 6 do artigo 68.º do CCP.

Artigo 24.º Esclarecimentos Sobre as Propostas

1. - O Júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.
2. - Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
3. - Os esclarecimentos prestados serão disponibilizados na plataforma eletrónica, sendo todos os concorrentes notificados desse facto.
4. - O Concorrente compromete-se a aceitar ou a conseguir autorização para que representantes da AVF visitem quaisquer das instalações, quer durante o prazo de validade das Propostas, quer posteriormente na fase de fabrico dos veículos e sempre que se considerem como úteis e necessárias.

Artigo 25.º Proposta Variante e Negociação

1. - Não é admitida a apresentação de propostas variantes.
2. - O presente procedimento não inclui fase de negociação.

SECÇÃO III: ANÁLISE DAS PROPOSTAS E ADJUDICAÇÃO

Artigo 26.º Relatório Preliminar

1. - Após a análise das propostas e da aplicação do critério de avaliação, o Júri do Concurso elabora um Relatório Preliminar de Avaliação das Propostas, nos termos do artigo 146.º do CCP, ordenando-as por ordem decrescente, de acordo com a metodologia de avaliação fixada para o efeito.
2. - O Relatório Preliminar deverá fornecer os elementos necessários para que os concorrentes fiquem a conhecer todos os aspetos relevantes para a decisão, nas matérias de facto e de Direito.
3. - No Relatório Preliminar, o Júri do Concurso deverá também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas, nos termos do artigo 146.º do CCP.
4. - Elaborado o Relatório Preliminar, este é enviado para os concorrentes através da plataforma eletrónica, para efeitos de audiência prévia prevista na cláusula 28.º do presente PP.

Artigo 27.º Causas de Exclusão das Propostas

As propostas serão excluídas nos termos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

Artigo 28.º Audiência Prévia

1. - A decisão de adjudicação será precedida de audiência prévia escrita dos concorrentes na plataforma eletrónica e nos termos previstos no artigo 147.º do CCP.
2. - Os concorrentes têm 5 (cinco) dias após a notificação do Relatório Preliminar para se pronunciarem por escrito, na plataforma eletrónica, sobre o mesmo.
3. - A notificação deverá fornecer os elementos necessários para que os interessados fiquem a conhecer todos os aspetos relevantes para a decisão, nas matérias de facto e de Direito.

Artigo 29.º Relatório Final

1. - Cumprido o disposto na cláusula anterior, o Júri do Concurso elaborará um Relatório Final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do

direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do Relatório Preliminar, podendo, ainda, propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

2. - No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do Relatório Final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do Relatório Preliminar, o Júri do Concurso procede a nova audiência prévia, tal como resulta do n.º 2 do artigo 148.º do CCP.
3. - O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.
4. - Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

Artigo 30.º Notificação da Decisão de Adjudicação

1. - A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes, juntamente com o Relatório Final de avaliação das propostas.
2. - Notificado da decisão de adjudicação, o Adjudicatário deve:
 - a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos por lei e pelos Artigos 33.º e 34.º do presente PP;
 - b) Prestar caução, no montante exigido no Artigo 41.º do presente PP, devendo comprovar essa prestação no dia imediatamente subsequente, nos termos definidos na referida cláusula;
 - c) Confirmar, se aplicável, no prazo de 10 (dez) dias úteis, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.

Artigo 31.º Reserva de Não Adjudicação

1. - A qualquer momento, pode pôr-se termo ao presente procedimento em curso sem direito a qualquer indemnização, sempre que, de acordo com os objetivos a prosseguir, o resultado das análises e avaliações realizadas até então não correspondam, em termos satisfatórios, aos fins subjacentes à celebração do contrato.

2. - Em caso de não adjudicação nos termos do parágrafo anterior, não assiste aos concorrentes o direito a qualquer compensação seja a que título for.

Artigo 32.º Causas de Não Adjudicação

1. - Não há lugar à adjudicação nos seguintes casos:
 - a) Nenhum candidato se haja apresentado ou nenhuma concorrente haja apresentado proposta;
 - b) Todas as propostas tenham sido excluídas;
 - c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para a apresentação das propostas;
 - d) Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, relativas aos pressupostos da decisão de contratar, o justifiquem.
2. - Caso se verifique a não adjudicação, os concorrentes são notificados da correspondente decisão, das medidas a adotar de seguida e dos respetivos fundamentos.
3. - No caso da alínea c) do n.º 1, é obrigatório dar início a um novo procedimento no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação da decisão de não adjudicação.
4. - A decisão de não adjudicação determina a revogação da decisão de contratar.

SECÇÃO IV: DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO

Artigo 33.º Documentos de Habilitação

1. - O adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:
 - a) Declaração emitida conforme Modelo constante do Anexo II, do CCP, cujo modelo se encontra em anexo e faz parte integrante do presente programa;
 - b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do CCP;
 - c) No caso de a adjudicação recair sobre uma proposta apresentada por um agrupamento, os documentos comprovativos da associação dos membros do agrupamento adjudicatário na modalidade de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho;

- d) Caução nos termos do Artigo 40.º do PP.
- 2. - Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa.
- 3. - Quando, pela sua própria natureza e origem, os documentos de habilitação estiverem reduzidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
- 4. - Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário, será concedido um prazo adicional de 5 (cinco) dias destinado ao suprimento das mesmas.
- 5. - A Administração da AVF poderá solicitar ao Adjudicatário a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe um prazo para o efeito.

Artigo 34.º Apresentação dos Documentos de Habilitação por Agrupamentos

- 1. - Quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas:
 - a) Os documentos previstos no n.º 1 do artigo 81.º do CCP devem ser apresentados por todos os seus membros;
 - b) Os documentos referidos no n.º 8 do artigo 81.º do CCP, devem ser apresentados por todos os seus membros cuja atividade careça da sua titularidade;
 - c) As declarações e documentos apresentados, devem ser assinadas pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes;
 - d) Quando for o caso, cada uma das Empresas que integram o Agrupamento deverá apresentar, juntamente com os documentos de habilitação, uma declaração feita por forma autêntica no país onde tenham sede de que se submetem à legislação portuguesa e ao foro do Tribunal Português que for competente, com expressa renúncia a qualquer outro.

2. - Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário, será concedido um prazo adicional de 5 (cinco) dias destinado ao suprimento das mesmas.
3. - A Administração da AVF poderá solicitar ao Adjudicatário a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe um prazo para o efeito.

Artigo 35.º Prazo Para a Apresentação dos Documentos de Habilitação Pelo Adjudicatário

1. - O adjudicatário deve apresentar na plataforma eletrónica acinGov, os documentos de habilitação até às 23:59 horas do 10.º dia útil após a notificação da decisão de adjudicação.
2. - O órgão competente para a decisão de contratar notifica em simultâneo, todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação.

Artigo 36.º Modo de Apresentação dos Documentos de Habilitação

1. - Os documentos de habilitação, devem ser entregues até ao prazo limite, na plataforma acinGov.
2. - Todos os documentos que constituem os documentos de habilitação deverão ser assinados pelo concorrente ou pelo(s) representante(s) legal(ais) com poderes para o(s) vincular, de acordo com os números 4 e 5 do artigo 57.º do CCP, devidamente conjugados com o artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
3. - No caso de agrupamento de concorrentes, os documentos devem ser assinados por todas as entidades que o compõem, ou pelos seus representantes, ou pelo representante comum, caso em que deve ser junto à proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros.
4. - O não cumprimento do número anterior, é motivo de exclusão da proposta.
5. - Quando os documentos a que se referem a alínea b) e no n.º 2 do n.º1 do 81.º do CCP, se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos dele constante estejam redigidos em língua portuguesa.

6. - Quando o adjudicatário tenha prestado consentimento, nos termos da lei, para que a entidade adjudicante consulte a informação relativa a qualquer dos documentos referidos na alínea *b)* do n.º1 ou no n.ºs 2 do artigo 81.º do CCP, é dispensada a sua apresentação nos termos do n.º 1, ou a indicação prevista no número anterior.

Artigo 37.º Não Apresentação dos Documentos de Habilitação

1. - A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:
- a) No prazo fixado no PP;
 - b) Redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 86.º do CCP.
2. - A não apresentação dos documentos de habilitação por parte do adjudicatário leva a que o órgão competente para a decisão de contratar adjudique a proposta ordenada em lugar subsequente, tal como estabelece o artigo 86.º do CCP.

Artigo 38.º Prova de Declarações

A entidade adjudicante pode, a qualquer momento, exigir a apresentação de documentos originais comprovativos das declarações prestadas pelos concorrentes.

Artigo 39.º Falsidade dos Documentos e das Declarações

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de qualquer documento ou a prestação culposa de falsas declarações determina a caducidade da adjudicação.

Artigo 40.º Notificação da Apresentação dos Documentos de Habilitação

Os concorrentes serão notificados, em simultâneo, pela AVF, via plataforma eletrónica, da apresentação dos documentos de habilitação pelo Adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação.

SECÇÃO V: CAUÇÃO

Artigo 41.º Caução para Garantir o Cumprimento das Obrigações

1. - É exigida a prestação de caução ao abrigo do n.º 1 do Artigo 88.º do CCP.
2. - Para efeitos de garantia do exato e pontual cumprimento das obrigações que assume com a celebração do contrato, o Adjudicatário prestará, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de notificação de adjudicação, cauções nos termos estipulados no ponto seguinte.
3. - O Adjudicatário obriga-se a prestar uma caução, com os seguintes valores:
 - a) 5 % (cinco por cento) do preço contratual.
4. - A caução será prestada por depósito em dinheiro, mediante garantia bancária à primeira solicitação ou mediante seguro-caução, sendo apresentada relativamente a cada um dos contratos a celebrar.
5. - O Adjudicatário deve comprovar a prestação da caução no dia útil imediatamente subsequente, através da junção (upload) do documento na plataforma eletrónica.
6. - Os documentos originais comprovativos da caução prestada devem ser enviados para a AVF, devendo fazer referência ao presente PP.
7. - A adjudicação caduca, se por facto que seja imputável ao Adjudicatário, este não preste a caução, em tempo e nos termos estabelecidos na lei.
8. - Todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade do Adjudicatário.
9. - Se, por motivos não imputáveis à AVF, o Adjudicatário deixar de prestar os fornecimentos contratados, a AVF tem o direito de acionar as cauções prestadas, sem prejuízo de poder rescindir o contrato.

Artigo 42.º Prazo Para a Apresentação dos Documentos de Habilitação Pelo Adjudicatário

- 1.- O adjudicatário deve apresentar na plataforma eletrónica acinGov, cópia da caução até às 23:59 horas do 10.º dia útil após a notificação da decisão de adjudicação.
- 2.- O órgão competente para a decisão de contratar notifica em simultâneo, todos os concorrentes da apresentação da caução pelo adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação.

Artigo 43.º Modo de Apresentação dos Documentos de Habilitação

1. - A cópia da caução, devem ser entregues até ao prazo limite, na plataforma acinGov.
2. - Tal como os documentos de habilitação, a caução deverá ser assinada pelo concorrente ou pelo(s) representante(s) legal(ais) com poderes para o(s) vincular, de acordo com os números 4 e 5 do artigo 57.º do CCP, devidamente conjugados com o artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
3. - No caso de agrupamento de concorrentes, os documentos devem ser assinados por todas as entidades que o compõem, ou pelos seus representantes, ou pelo representante comum, caso em que deve ser junto à proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros.
4. - O não cumprimento do número anterior, é motivo de exclusão da proposta.

Artigo 44.º Não Prestação de Caução

1. - A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não prestar, em tempo e nos termos estabelecidos nos artigos anteriores, a caução que lhe seja exigida.
2. - No caso previsto no número anterior, o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.
3. - A não prestação da caução pelo adjudicatário, no caso de empreitadas ou de concessões de obras públicas, deve ser imediatamente comunicada ao Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P..

Artigo 45.º Notificação da Prestação de Caução

Os concorrentes serão notificados, em simultâneo, pela AVF, via plataforma eletrónica, da prestação de caução pelo Adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação.

Artigo 46.º Restituição da Caução

Salvo em caso de incumprimento, a caução será restituída no prazo de 30 (trinta) dias, a contar das datas dos Autos de Receção Definitiva de todas as unidades adjudicadas.

SECÇÃO VI: CONTRATO

Artigo 47.º Redução do Contrato a Escrito

O contrato deve ser reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte de papel com a aposição das assinaturas.

Artigo 48.º Aprovação da Minuta do Contrato

1. - A minuta do contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar depois de comprovada a prestação de caução pelo adjudicatário.
2. - O órgão competente para a decisão de contratar pode propor ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar, desde que estes resultem de exigências de interesse público e, tratando-se de procedimento em que se tenha analisado e avaliado mais de uma proposta, seja objetivamente demonstrável que a respetiva ordenação não seria alterada se os ajustamentos propostos tivessem sido refletidos em qualquer das propostas.
3. - Depois de aprovada a minuta do contrato a celebrar, o órgão competente para a decisão de contratar notifica-a ao adjudicatário.

Artigo 49.º Aceitação da Minuta do Contrato

1. - A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.
2. - Para efeito da celebração do contrato escrito devem, ainda, no prazo previsto no número anterior, ser entregues os seguintes documentos:
 - a) Certidão do registo comercial com todas as inscrições em vigor, onde constem os poderes necessários para outorgar o contrato ou a indicação do código de acesso para consulta da certidão permanente on-line, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
 - b) Documentos comprovativos da identidade dos outorgantes que têm poderes para obrigar a entidade adjudicatária, nomeadamente, o cartão de cidadão ou o bilhete de identidade e o número fiscal de contribuinte, com a respetiva procuração, se for o caso.

Artigo 50.º Reclamações Contra a Minuta

1. - São admissíveis reclamações da minuta do contrato a celebrar com fundamento na previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 5 do artigo 96.º do CCP, nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.
2. - No prazo de 10 dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.
3. - Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte integrante do contrato.
4. - Os ajustamentos ao contrato que sejam aceites pelo adjudicatário devem ser notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.

Artigo 51.º Outorga do Contrato

1. - A outorga do contrato deve ter lugar dentro do prazo de 30 dias contados da data da aceitação da minuta, ou da decisão sobre a reclamação da minuta do contrato, mas nunca antes de:
 - a) Decorridos 10 dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação;
 - b) Apresentação dos todos os documentos de habilitação exigidos;
 - c) Comprovada a prestação da caução, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 90.º do CCP
(ou condições previstas no n.º 10 da Clausula 38.ª);
 - d) Confirmados os compromissos referidos na alínea c) do n.º 2 do artigo 77.º do CCP.
2. - O órgão competente para a decisão de contratar comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de cinco dias, a data, hora e o local em que ocorrerá a outorga do contrato.

Artigo 52.º Não Outorga do Contrato

1. - A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não comparecer no dia, hora e local, fixados para a outorga do contrato, bem como, no caso de o adjudicatário

ser um agrupamento, se os seus membros não se tiverem associado nos termos previstos no n.º 4 do artigo

54.º do CCP.

2. - Nos casos previstos do número anterior, o adjudicatário perde a caução prestada a favor da entidade adjudicante, devendo o órgão competente para a decisão de contratar adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

Artigo 53.º Vigência do Contrato

O contrato manter-se-á em vigor pelo prazo de **365 dias** ou até à receção do último autocarro.

Artigo 54.º Contagem dos Prazos

1. - Sem prejuízo do disposto no número seguinte, os prazos referidos contam-se nos termos do disposto no artigo 87.º do Código do Procedimento Administrativo.
2. Os prazos fixados para a apresentação da proposta são contínuos, não se suspendendo aos sábados, domingos e feriados.
3. Para efeitos do disposto no número anterior, apenas são considerados feriados, os feriados nacionais.

SECÇÃO VII: DEVER DE SIGILO

Artigo 55.º Objeto do Dever de Sigilo

1. - A Adjudicatária deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Auto Viação Feirense, Limitada, sociedade comercial por quotas, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Artigo 56.º Prazo do Dever de Sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

SECÇÃO VIII: UTILIZAÇÃO DA PLATAFORMA ELETRÓNICA

Artigo 57.º Utilização da Plataforma Eletrónica

1. - Caso os interessados tenham dúvidas sobre a utilização da plataforma eletrónica, poderão recorrer ao apoio técnico junto da entidade gestora da mesma, através dos contactos disponibilizados para esse fim no endereço www.acingov.pt.
2. - A AVF não poderá ser responsabilizada:
 - a) Pelo conteúdo da informação transmitida através da plataforma eletrónica;
 - b) Por qualquer perda de informação na plataforma, por causa acidental ou outra;
 - c) Por quaisquer danos causados pela utilização da plataforma eletrónica, nomeadamente os relacionados com eventuais interrupções, comunicações não solicitadas, vírus ou bugs, erros, falhas técnicas ou outras limitações;
 - d) Por quaisquer falhas de segurança das comunicações efetuadas na plataforma.

Artigo 58.º Notificações e Comunicações

Todas as notificações relativas às fases do procedimento de formação do contrato, e que, nos termos do CCP, devam ser praticadas num determinado prazo, designadamente as notificações e comunicações referentes ao relatório preliminar, audiência prévia e relatório final, são feitas através da plataforma eletrónica indicada no n.º 1 Artigo 8.º do PC.

SECÇÃO IX: DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 59.º Proteção e Condições de Trabalho

1. - Os Concorrentes comprometem-se a cumprir e são responsáveis pelo cumprimento de todas as obrigações legais relativas à segurança, proteção e condições de trabalho dos trabalhadores que irão prestar os serviços objeto do presente concurso.
2. - Os Concorrentes poderão obter informações sobre as disposições relativas à proteção e condições de trabalho junto da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT).

Artigo 60.º Prevalência

As normas constantes do Código dos Contratos Públicos prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes.

Artigo 61.º Convenção de Arbitragem

Para dirimir qualquer litígio sobre a interpretação, validade e execução do procedimento pré contratual e do contrato a celebrar, admite-se a cláusula compromissória e convenção de arbitragem, nos termos da legislação aplicável.

Artigo 62.º Legislação Aplicável

Relativamente às disposições aplicáveis e à divergência e interpretação dos documentos, em tudo omissos ou em caso de dúvida aplicar-se-á o Código dos Contratos Públicos.

ANEXOS

ANEXO I

Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP]

1. - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento “**CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA AQUISIÇÃO DE AUTOCARROS MOVIDOS A ELETRICIDADE PARA SERVIÇO PÚBLICO URBANO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS**”, e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do(s) mencionado(s) caderno(s) de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ⁽³⁾:
 - a) ...;
 - b) ...
3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
4. Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de proibição do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que

não se encontra nas situações previstas nas alíneas *b)*, *d)*, *e)* e *h)* do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura ⁽⁴⁾].

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

⁽³⁾ Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas *b)* e *c)* do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º ou na subalínea *i)* da alínea *b)* ou alínea *c)* do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável.

⁽⁴⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II

Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

1. - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾ ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de **“CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA AQUISIÇÃO DE AUTOCARROS MOVIDOS A ELETRICIDADE PARA SERVIÇO PÚBLICO URBANO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS”**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
2. - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽³⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽⁴⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas *b)*, *d)*, *e)* e *h)* do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data)... [assinatura ⁽⁵⁾]

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'

⁽³⁾ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso

⁽⁴⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada' ⁽⁵⁾

Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III

Proposta de Preço

F... (indicar nome do concorrente, estado profissão e morada ou denominação e sede social), obrigase a executar o fornecimento objeto da “**CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA AQUISIÇÃO DE AUTOCARROS MOVIDOS A ELETRICIDADE PARA SERVIÇO PÚBLICO URBANO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS**”, pelos seguintes preços e condições:

- i) O Preço global para a prestação de serviço é de _____ Euros (extenso), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Os preços apresentados incluem todas as despesas inerentes aos fornecimentos a prestar, nomeadamente seguros, licenciamentos, aprovações e quaisquer outras.

... (local), ... (data)

... [assinatura ⁽¹⁾]

⁽¹⁾ Datar e assinar o documento pelo(s) representante(s) legal(ais) do(s) concorrente(s) com poderes para o(s) vincular.

ANEXO IV

Quadro de Especificações Técnicas do Veículo

Em cada Proposta, o Concorrente deverá indicar as características técnicas referentes ao(s) modelo(s) do(s) autocarro(s) proposto(s), sendo para tal obrigatório apresentar essas informações de uma forma ordenada, sintética e sistematizada, de acordo com a descrição no quadro seguinte de características, a preencher por cada proposta e por cada variante:

ORGÃO/SISTEMA	CARACTERÍSTICAS DO EQUIPAMENTO - MARCA E MODELO	QUANTIDADE /VALOR
DIMENSÕES, PESOS E LOTAÇÃO DO VEÍCULO		
Comprimento (m)		
Largura (m)		
Largura, com espelhos (m)		
Altura (m)		
Altura total com baterias e ar condicionado (m)		
Distância entre eixos (mm)		
Distância da frente ao eixo (mm)		
Distância da traseira ao eixo (mm)		
Ângulo de ataque da carroçaria (graus)		
Ângulo de fuga da carroçaria (graus)		
Deslocamento Lateral da carroçaria - Traseira em curva (mm)		
Altura máxima da soleira das portas ao solo (mm)		
Peso bruto do autocarro (Homologado - Kg)		
Tara do veículo (Homologado - Kg)		
Chassis completo (Homologado - Kg)		
Lotação total		
Lotação sentada (+ Motorista)		
Lotação em pé		
Cadeira de rodas e carrinho de bebé (Qde.)		
CARACTERÍSTICAS GERAIS		

Autonomia (km)		
Consumo específico de energia, segundo E-SORT-1 (UIPT) (kWh/km)		
Velocidade máxima (km/h)		
Aceleração máxima (m/s ²)		
Desaceleração máxima (travagem emergência) (m/s ²)		
Declive máximo admissível, em condições de lotação máxima e ar condicionado em funcionamento (%)		
Temperatura máxima e mínima de funcionamento (°C)		

BATERIAS DE TRAÇÃO		
Tipo (química)		
Quantidade de módulos instalados		
Capacidade de armazenamento de cada módulo de baterias (kWh)		
Capacidade total de armazenamento das baterias (kWh)		
Potência da bateria (kW)		
Peso de cada módulo de baterias (kg)		
Peso bruto total das baterias com suporte (kg)		
Energia Específica (kWh/kg)		
Potência Específica (kW/kg)		
Dimensões do conjunto de baterias (mm x mm x mm)		
Tensão das baterias (V)		
Tempo de carregamento (entre 0 a 100% SOC) (h)		
Tempo de carregamento (entre 0 a 90% SOC) (h)		
Vida útil da bateria (anos)		
Número máximo de ciclos de carregamento		
BATERIA AUXILIAR		
Tipo (química)		
Capacidade das baterias (kWh)		
Potência da bateria (kW)		

Tensão da bateria (V)		
CONVERSORES DE POTÊNCIA (TRAÇÃO E AUXILIAR)		
Potência (kW)		
Rendimento (%)		
Tensões de entrada e saída (V)		
Corrente de entrada e saída (A)		
Tipo de semicondutores utilizados		
MOTOR(ES) DE TRAÇÃO		
Tipo		
Posição de montagem no chassis		
Número de motores		
Potência máxima (kW/Cv)/rpm.		
Potência nominal (kW/Cv)/rpm		
Binário máximo (Nm) / rpm		
Binário nominal (Nm) / rpm		
Percentagem de recuperação energia (%)		
Velocidade angular máxima (r.p.m.)		
Sistema de refrigeração – tipo		
Volume de líquido do circuito de refrigeração do motor (l)		
SISTEMA PNEUMÁTICO		
Tipo de Compressor		
Caudal do compressor (l/s)		
Pressão máxima do sistema (bar)		
EIXO TRASEIRO		
Tipo		
Diferencial - Relação transmissão (i')		

Cubos - Redução (i'')		
Redução Total (i)		
TRAVÕES		
Sistema de gestão (EBS)		
Discos ou tambor (frente e traseira)		
Área de travagem frente A1 (cm2)		
Área de travagem traseira A2 (cm2)		
Área total (cm2)		
SUSPENSÃO		
Tipo		
Amortecedores - Tipo (frente e traseira)		
Foles Pneumáticos - Tipo (frente e traseira)		
Amortecedores - Tipo (frente e traseira)		
Sistema comando eletrónico "ESP"		
Compressor – Tipo e pressão máxima de carga		
Compressor – capacidade de carga, até pressão nominal		
Sistema de separação óleo/água, com secador de ar		
Sistema de ajuste em altura pelo motorista (frente/traseira)		
Ajuste lateral "Kneeling"		
Sistema externo de carregamento pneumático de emergência		
DIREÇÃO		
Tipo		

Caixa de direção		
Raio de curva interior (m)		
Raio de curva exterior (m)		
Faixa de inscrição em curva (m)		
PNEUS E JANTES		
Pneu da frente – Tipo e medida		
Pneu da traseira – Tipo e medida		
Pressões – frente e traseiro		
Jantes - Tipo e medida		
EQUIPAMENTO ELÉCTRICO		
Sistema de traçado para o circuito elétrico		
Sistema de iluminação exterior – Tipo		
Faróis de presença (frente/traseira)		
Faróis de médios		
Faróis de máximos		
Faróis de nevoeiro (frente/traseira)		
Chapa de matrícula		
Sistema de delimitação e sinalização exterior da carroçaria - Tipo		
Sistema de iluminação interior - Tipo		

PAINEIS INDICADORES DE DESTINO ELECTRÓNICOS		
Tipo (Mono ou policromático)		
Comando - Tipo		
Frontal (Número de linhas e colunas de texto)		

Lateral direito (Número de linhas e colunas de texto)		
Traseiro (Número de linhas e colunas de texto)		
Sistema de transmissão de dados		
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO		
Sistema de vídeo para apoio nas manobras (marcha atrás)		
Sistema de informação interior ao público “Próxima Paragem” - Tipo		
Sistema de comunicação com o público – Interior e exterior		
Sistema integrado de som para o Interior		
Isolamento eletromagnético da carroçaria		
Sistema OBD – Tipo de ficha e sistema		
PORTAS E COMANDOS		
Sistema de portas		
Porta da frente – Tipo		
Porta da traseira – Tipo		
Vidro aplicado - Cor, dimensões, espessura, simples ou duplo, temperado, ou laminado		
Sistema de fixação dos vidros		
Sistema de segurança instalado nas portas - frente e traseira		
PISO E ACESSOS		
Contraplacado do piso - Tipo(s) e referências		
Tapete – Tipo, espessura e referências		
Perfil de Remate das Coxias - Tipo(s) e referência		
Tampas de acesso aos órgãos – Tipo e revestimentos		
Área das tampas exteriores laterais móveis, incluindo a tampa de acesso frontal e a tampa de acesso na traseira (motor e outras), excluindo as janelas, portas e grelhas fixas (em m2)		
Área das tampas no piso interior dos veículos (Em m2)		
Altura dos degrau(s) Interior(es)		
Ângulo de rampa(s) interior(es)		
Altura do piso ao solo (mm)		

Rampa para acesso de cadeiras de rodas - Tipo		
VENTILAÇÃO		
Ventiladores dinâmicos (extratores)		
Tipo de funcionamento – quantidade		
Sistema de ventilação exclusivo da cabina do motorista Tipo e número de bocais de saída		

AR CONDICIONADO		
Sistema compacto – Tipo e dimensões/peso		
Capacidade de refrigeração (kcal/h ou kW)		
Fluído refrigerante utilizado		
Quantidade de evaporadores		
Potência absorvida (kW)		
Sistema de climatização para a cabina do motorista “Front Box” (aquecimento e refrigeração) – Tipo		
Comando do sistema de ar condicionado – Tipo: Para o interior do veículo; Para o motorista (“Front Box”)		
Compressor do sistema de ar condicionado - Tipo		

CADEIRAS		
Cadeira do motorista - Tipo		
Cadeiras de passageiros - Tipo (Quantidade por modelo)		
Sistema de retenção da cadeira de rodas - Tipo		

INTERIOR DA CARROÇARIA		
Painéis - Tipo e revestimento:		
Conduas do ar condicionado;		

Balaústres – Material		
Pegas para os passageiros – Tipo e quantidade		
JANELAS E VIDROS		
Vidros laterais esquerdos e direitos – Tipo, espessura e cor		
Fixação dos vidros à carroçaria (Borracha/colados/Caixilho)		
Para-brisas e óculo traseiro – Tipo, espessura, fixação e n.º peças		
Janela do motorista – Tipo, espessura, fixação e n.º peças		
Janela do motorista com sistema de desembaciamento		
Cortinas da do posto de condução – Tipo e quantidade/localização		